

CONTRATO CEDAE N.º 009 / 2019 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **KARLOG SERVIÇOS E LOGÍSTICA LTDA – ME**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **KARLOG SERVIÇOS E LOGÍSTICA LTDA – ME**, sediada na Rua Flack, n.º 144, Riachuelo, Rio de Janeiro - RJ, CEP n.º 20.960-150, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.613.954/0001-96, neste ato por meio de sua Sócia Administradora ao final assinada, Srª. MARA CRISTINA DE AZEVEDO, brasileira, portadora do RG n.º 06.018.280-5 (DETRAN/RJ), inscrita no CPF sob o n.º 723.316.587-49, residente e domiciliada na Rua Vicente Celestino, n.º 382, Centro, Nilópolis – RJ, CEP n.º 26.525-530, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.620/2018** mediante **Pregão Eletrônico n.º 605/2018**, que se regerá pelas normas da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002 e na Lei Complementar Federal n.º 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital de licitação e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a execução do serviço de **"PRODUÇÃO COM ENTREGA DOMICILIAR DE RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DE ÁGUA CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 5.440/05"**, conforme **Pregão Eletrônico n.º 605/2018**.

Parágrafo Único - Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico n.º. 605/2018 bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 221 do processo E-07/100.620/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer acesso a todos os documentos, informações e demais elementos necessários à execução satisfatória do objeto pela **CONTRATADA**;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos ao Edital que ensejou a presente contratação:

- a) conduzir os serviços dentro do prazo estipulado, observando as normas técnicas, a legislação em vigor e a metodologia indicada em sua proposta;

b) abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da **CEDAE**, salvo se expressamente autorizados por esta;

c) providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;

d) manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;

e) prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução do contrato, responsabilizando-se, perante terceiros e **CEDAE**, pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa dos seus serviços;

f) providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;

g) enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

h) manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;

i) Demonstrar, quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos:

(1) até 200 empregados = 2%;

(2) de 201 a 500 empregados = 3%;

(3) de 501 a 1.000 empregados = 4%;

(4) de 1.001 em diante = 5%;

j) A **CONTRATADA** indicará como responsável pelos serviços, ora contratados, Sr. CARLOS ALBERTO RIBEIRO, portador da Identidade Nº 507.705 D.I.E.S, inscrito no CPF sob nº 577.131.037-91, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

k) A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na alínea anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços será de **03 (três) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

Parágrafo Primeiro - O prazo para a produção e impressão dos cerca de 1.600.000 relatórios será de 15 (quinze) dias corridos a partir do dia seguinte da data da Ordem de Início. O prazo para a manipulação dos arquivos, etiquetagem e entrega domiciliar dos cerca de 80 mil relatórios a serem entregues pela contratada será de 10 (dez) dias corridos. Em ambos os casos os prazos passarão a vigorar a partir da liberação dos arquivos pela **CEDAE**

Parágrafo Segundo - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

Parágrafo Terceiro - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

Parágrafo Quarto - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da **CEDAE**, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

Parágrafo Quinto - A prorrogação de prazo por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução do contrato seja considerado para fins de reajuste.

Parágrafo Sexto - A prorrogação do prazo não importará em majoração do valor contratual, que se manterá inalterado senão quando verificado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2019, assim classificadas:

Centro de Custos: DP13000000
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903907
Programa de Trabalho: 2200022016
Conta Contábil: 411110317
ID da Reserva Orçamentária: 2019000154

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada em regime de execução por preço global sendo o seu valor total de **R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais)**.

Parágrafo Primeiro - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços, bem como despesas operacionais e administrativas (mão de obra, manutenção dos veículos, combustível, etc.), recursos tecnológicos e materiais para operação e manutenção do processo produtivo de processamento, impressão, acabamento e roteirização para entrega dos relatórios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

Parágrafo Sexto - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo - Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "i" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá apresentar juntamente com cada fatura/nota fiscal dos serviços, os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) Medição/detalhamento do que fora executado no período;
- b) Declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "i", deste instrumento;
- c) Declaração de que se encontra em dia com o pagamento das verbas salariais, de FGTS e INSS do pessoal destacado à execução do serviço; (exigível apenas para os casos em que houver mão de obra da **CONTRATADA** à disposição permanente da **CEDAE**.)

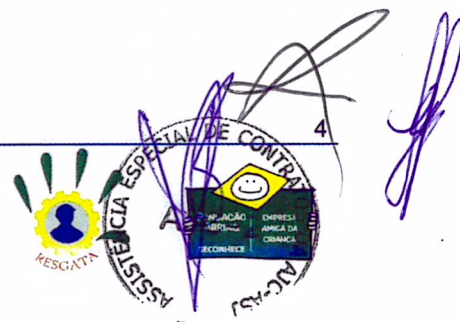
Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos exigíveis no parágrafo segundo impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Quinto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

Parágrafo Sexto - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da **CONTRATADA**, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - PE nº 605/2018 - ASL-DP (Processo E-07/100.620/2018) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) efetuado(s) no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações. O pagamento devido em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato será efetuado em uma única parcela

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos das faturas, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, serão efetuados mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, cujo número e agência deverão ser informados no formulário "Solicitação de Cadastro do Credor", Anexo IX do edital de licitação.

Parágrafo Segundo - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência do Banco Bradesco S/A ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa do Banco Bradesco S/A, abrir ou manter conta corrente nesta instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Neste caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Terceiro - Considera-se adimplemento a execução da etapa/produto do serviço acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento. Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.

Parágrafo Quarto - De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.

Parágrafo Quinto - A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada, importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.

Parágrafo Sexto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Oitavo - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

O valor dos serviços será irrevogável durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

Parágrafo Décimo Primeiro - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Segundo - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Terceiro - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CEDAE** por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- ii) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) Não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) Sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no parágrafo quarto da cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da CEDAE, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a CEDAE autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à CONTRATADA; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

- I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à **CEDAE**; ou

III - Decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos arts. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Segundo - A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

Parágrafo Quarto - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

Parágrafo Sexto - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima primeira.

Parágrafo Sétimo - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

Parágrafo Oitavo - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Nono - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

Parágrafo Décimo - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.

Parágrafo Décimo Primeiro - O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei nº 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.)

Parágrafo Décimo Segundo - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro - De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto - No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

Parágrafo Sexto - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2019.

Pela **CEDAE**:


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:


MARA CRISTINA DE AZEVEDO
Sócia Administradora

KARLOG SERVIÇOS E LOGÍSTICA LTDA.
Mara Cristina de Azevedo
GERENTE ADM.

TESTEMUNHAS:

Nome: CLÉMILSON DE SOUZA RANGEL  RG: 12412041-1

Nome: _____ RG: _____
Ref. Contr-KARLOG-SERVICOS-E-LOGISTICA-contratação-de-serviços-de-produção-com-entrega-domiciliar-de-relatório-anual-de-qualidade-de-água-PE-605-2018-VBO

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, **ANDREIA FERREIRA DA SILVA CAMPOS**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 3239175-7, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do Regimento de Polícia Montada Cel. PM Enyr Cony dos Santos, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/63/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, **ROGERIO JACKES DA SILVA**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2331841-4, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 35º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/67/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 14 de janeiro de 2019, **JOSE MARIO DE LUCA**, Coronel PM Médico, ID Funcional nº 2469358-8, do cargo em comissão de Subdiretor de Diretoria Geral, símbolo DAS-8, da Diretoria Geral de Saúde, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/68/2019.

NOMEAR RUBENS CASTRO PEIXOTO JÚNIOR, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 20403-0, para exercer, com validade a contar de 07 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 18º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por Antônio Marcos Netto dos Santos. Processo nº E-09/088/42/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 08 de janeiro de 2019, **ANDRÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2393945-1, 56475, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 7º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/60/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, **MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2499865-8, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 17º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/65/2019.

NOMEAR MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2499865-6, para exercer, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 17º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por Andreia Ferreira da Silva Campos. Processo nº E-09/088/65/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, **CARLOS HENRIQUE MARTINS GONÇALVES**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2174567-6, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 2º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/64/2019.

NOMEAR CARLOS HENRIQUE MARTINS GONÇALVES, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2174567-6, para exercer, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 2º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por Marcelo de Menezes Nogueira. Processo nº E-09/088/64/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, **AUGUSTO EDUARDO MOREIRA VALENTIM**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2435067-8, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 34º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/62/2019.

NOMEAR AUGUSTO EDUARDO MOREIRA VALENTIM, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2435067-8, para exercer, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 2º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por Carlos Henrique Martins Gonçalves. Processo nº E-09/088/62/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, **ROBSON ALVES MAIA**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2507377-0, do cargo em comissão de Chefe, símbolo DAS-7, do Centro de Recrutamento e Seleção de Praças - CRSP, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/66/2019.

NOMEAR ROBSON ALVES MAIA, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2507377-0, para exercer, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 10º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por Marcelo André Teixeira da Silva. Processo nº E-09/088/66/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, **CHRISTIANO LIMA FERREIRA**, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2478076-6, do cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 21º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar. Processo nº E-09/088/70/2019.

NOMEAR CHRISTIANO LIMA FERREIRA, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2478076-6, para exercer, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 9º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por André Luiz de Souza Batista. Processo nº E-09/088/70/2019.

NOMEAR WALTER TEIXEIRA DA SILVA JÚNIOR, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2280852-6, para exercer, com validade a contar de 09 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 21º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por Cristiano Lima Ferreira. Processo nº E-09/088/69/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 28 de janeiro de 2019, **LUIZ EDUARDO DE CASTRO CAON**, ID Funcional nº 4284841-5, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, do Departamento Geral de Apções Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº E-03/001/382/2019.

NOMEAR MARCOS DOS SANTOS MORAES, ID Funcional nº 1985622-4, para exercer, com validade a contar de 02 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, do Departamento Geral de Apções Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Luiz Eduardo de Castro Caon, ID Funcional nº 4284841-5. Processo nº E-03/001/382/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 07 de fevereiro de 2019, **GUSTAVO FELPE CARVALHO LIMA**, ID Funcional nº 4200012-2, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, do Departamento Geral de Apções Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº E-03/001/382/2019.

NOMEAR CARLOS CEZAR BATISTA DOS SANTOS DIAS para exercer, com validade a contar de 07 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, do Departamento Geral de Apções Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Gustavo Felipe Carvalho Lima, ID Funcional nº 4200012-2. Processo nº E-03/001/382/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **CLAUDIA LUCIA MENDES**, ID Funcional nº 2040724-6, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, do Departamento Geral de Apções Socioeducativas - DEGASE, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº E-03/001/382/2019.

NOMEAR CAMILLA RIO BRANCO ROSA DA SILVA para exercer, com validade a contar de 14 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Transportes, anteriormente ocupado por Rodrigo de Anchieta Bento, ID Funcional nº 5094768-0. Processo nº E-10/001/079/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 14 de fevereiro de 2019, **RODRIGO DE ANCHIETA BENTO**, ID Funcional nº 5094768-0, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Transportes. Processo nº E-10/001/077/2019.

NOMEAR RAFAELA DE ASSUMPÇÃO SANTOS para exercer, com validade a contar de 12 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Alessandra da Silva Barbosa, ID Funcional nº 4441330-0. Processo nº E-18/007/289/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 12 de fevereiro de 2019, **ADEOCLEME DE SOUZA MARTINS JÚNIOR**, ID Funcional nº 5088272-4, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/287/2019.

EXONERAR CELSO CARVALHO DE AZEVEDO, ID Funcional nº 2880384-1, do cargo em comissão de Assistente I, símbolo DAS-6, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/284/2019.

EXONERAR MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES MAGALHÃES, ID Funcional nº 4180621-2, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/285/2019.

EXONERAR JORGE DA COSTA CABRAL, ID Funcional nº 2876351-3, matrícula nº 00/00005-1, do cargo em comissão de Juizante I, símbolo DAS-1, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/286/2019.

EXONERAR ERICSON DUARTE FORTES DE FARIA, ID Funcional nº 4322914-0, do cargo em comissão de Encarregado, símbolo DAS-4, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº E-18/007/288/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 24 de janeiro de 2019, **HENRIQUE SÉRGIO PEREIRA GORDO BARRETO**, ID Funcional nº 4209538-3, do cargo em comissão de Diretor de Divisão, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Processo nº E-31/003/190/2019.

NOMEAR LEONARDO DA SILVA DE SOUZA para exercer, com validade a contar de 14 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Jorge Luiz de Oliveira Pedro. Processo nº E-31/003/290/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 14 de janeiro de 2019, **GILBERTO BISPO DE ROMA JÚNIOR**, ID Funcional nº 0571580-6, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAS-6, do Gabinete do Secretário da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Processo nº E-31/003/321/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **URSLA RODRIGUES**, ID Funcional nº 5089694-8, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº E-31/003/292/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **LUANA CRISTINA REIS DE SOUZA**, ID Funcional nº 5089694-8, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº E-31/003/292/2019.

NOMEAR VIVIANE BARBOSA MALHEIROS para exercer, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-6, da Unidade de Gestão, do Unidade de Gestão do Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, anteriormente ocupado por Kelly Cristina Gonçalves da Silva, ID Funcional nº 5092891-0. Processo nº E-30/001/94/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **KELLY CRISTINA GONÇALVES DA SILVA**, ID Funcional nº 5092891-0, do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo DAS-6, da Unidade de Gestão, do Unidade de Gestão do Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude. Processo nº E-30/001/94/2019.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, **JULIO CESAR DAS FLORES MARTINS RODRIGUES**, ID Funcional nº 5090770-0, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude. Processo nº E-30/001/94/2019.

NOMEAR SARAH CARNEIRO AFFONSO DA SILVA LEITE para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, anteriormente ocupado por João Carlos Martins Rodrigues, ID Funcional nº 5090770-0. Processo nº E-30/001/94/2019.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 04 de fevereiro de 2019, **SÉRGIO JOSÉ DE MACHADO LEAL**, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude. Processo nº E-30/001/93/2019.

NOMEAR LUIZ MARTINS PINTO para exercer, com validade a contar de 01 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Turismo, anteriormente ocupado por Maira Salles de Araújo, ID Funcional nº 5085544-1. Processo nº E-05/003/78/2019.

DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

“O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007.

RESOLVE:

NOMEAR ALEXANDRE DE SOUZA RODRIGUES, Tenente-Coronel PM, ID Funcional nº 2342843-0, para exercer, com validade a contar de 08 de janeiro de 2019, o cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, do 18º BPM, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por André Luiz de Castro Maia. Processo nº E-09/088/17/2019. *Replicado por ter sido com incorreção no D.O. de 05/02/2019.

DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019

“O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007.

RESOLVE:

NOMEAR LORENA DE FREITAS PEREIRA, ID Funcional nº 5095955-7, para exercer, com validade a contar de 04 de fevereiro de 2019, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8, da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, anteriormente ocupado por Marcos Antônio Santos, ID Funcional nº 3215022-9. Processo nº E-12/18/084/2019. *Replicado por ter sido com incorreção no D.O. de 13/02/2019.

Id: 2163179

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR- Nº 36 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-12/079/862/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDSON SIMÃO FERREIRA**, matrícula 807, Chefe do Serviço Financeiro, responsável pelo adiantamento do Fundo de Suprimento de Caixa do Serviço Financeiro - SEFIA, para despesas miúdas e pronto pagamento inerentes às demandas da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Designar **REGINA DE OLIVEIRA MENDES**, Chefe da Seção de Tesouraria, matrícula 277, para responder pelo Fundo de Suprimento de Caixa do Serviço Financeiro - SEFIA, nos impedimentos do Chefe do Serviço Financeiro.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 13 de fevereiro de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY

Diretor-Presidente

Id: 2163121

PORTARIA PR- Nº 37 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERA O SERVIDOR DO CARGO QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **ANA PAULA DIAS FONTES**, matrícula 1838, do Cargo de Confiança de Gerente de Agência, símbolo CC-04, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 13 de fevereiro de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY

Diretor-Presidente

PORTARIA PR- Nº 38 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERA O SERVIDOR DO CARGO QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **HEITOR BELINI PEREIRA QUINTELA**, matrícula 1852, do Cargo de Confiança de Gerente de Agência, símbolo CC-04, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 13 de fevereiro de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY

Diretor-Presidente

PORTARIA PR- Nº 39 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERA O SERVIDOR DO CARGO QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO, Empresa Pública, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **CARLOS EDUARDO ROGÉRIO BRAGA**, matrícula 1857, do Cargo de Confiança de Gerente de Agência, símbolo CC-04, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 13 de fevereiro de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY

Diretor-Presidente

Id: 2163122

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 10/01/2019

DESIGNA JOSÉ VALTER DE LIMA, Agente de Saneamento I, como Presidente, **CLAUDIO AMOY LESSA**, Eng. Operacional II e **EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **CARLOS ALBERTO MARINS DE ANDRADE**, Agente de Saneamento F, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II e **JANE BATISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à **“AQUISIÇÃO DE SUBSTRATO ENZIMÁTICO DEFINIDO ONPG - MUG 24 HORAS”**, de que trata o Processo nº E-07/100.799/2017. Ordem de Serviço “E” nº 15.410/2019.

Id: 2162876

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 28/01/2019

DESIGNA JOSÉ VALTER DE LIMA, Agente de Saneamento I, como Presidente, **CLAUDIO AMOY LESSA**, Eng. Operacional II e **EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **CARLOS ALBERTO MARINS DE ANDRADE**, Agente de Saneamento F, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II e **JANE BATISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à **“AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBAS PARA A GERÊNCIA METROPOLITANA LESTE”**, de que trata o Processo nº E-07/100.542/2017. Ordem de Serviço “E” nº 15.425/2019.

Id: 2163300

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 12/02/2019

DESIGNA LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo, como presidente, **DEBORA ARAUJO DIAS**, Analista de Qualidade D, **HELIO DOS SANTOS DEMARIA**, Agente Administrativo E, como membros titulares e **ANA CLAUDIA PENHA**, Agente de Administrativo F, como membro suplente. Gerente do Contrato **RICARDO PALAGANO RAMALHO**, Assessor de Marketing, bem como **LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA MATTIA**, Assessor de Apoio Técnico, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para a **“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E ENTREGA DOMICILIAR DE RELATÓRIOS ANUAIS SOBRE QUALIDADE DE ÁGUA”**, DECRETO Nº 5.440/2005, de que trata o Processo nº E-07/100.620/2018. Ordem de Serviço P/FIS Nº 23.011-00/2019.

Id: 2162997

sa do candidato em aceitar a designação ou o não-comparecimento na data marcada pelo Centro de Estudos Jurídicos tornará sem efeito a admissão, nos termos do art. 9º da Resolução PGE nº 1.159/96.

Art. 3º - Os candidatos convocados para as Procuradorias Regionais assinarão o Termo de Compromisso no local correspondente à sua designação.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo as admissões consideradas realizadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2019

RODRIGO BORGES VALADÃO
Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos

Id: 2162349

DIRETORIA DE GESTÃO DESPACHOS DO PROCURADOR-CHEFE DE 11.02.2019

PROC. Nº SEI-14/001/000192/2019 - CARLOS EDUARDO DA SILVA MARRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19221851, correspondente ao período de 08/01/2019 a 17/01/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000700/2019 - ANDRÉ SERRA ALONSO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347894, correspondente ao período de 14/01/2019 a 20/01/2019 (07 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000699/2019 - CLAUDIA FREZE DA SILVA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19211066, correspondente ao período de 07/01/2019 a 16/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000980/2019 - VERA LUCIA KIRDEIKO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19212054, correspondente ao período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000699/2019 - MAURINE MORGAN PIMENTEL FEITOSA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143751, correspondente ao período de 02/01/2019 a 06/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000699/2019 - MAURINE MORGAN PIMENTEL FEITOSA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143751, correspondente ao período de 07/01/2019 a 31/01/2019 (25 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001066/2019 - RODRIGO BORGES VALADÃO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954777, correspondente ao período de 07/01/2019 a 05/02/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001015/2019 - RAQUEL DO NASCIMENTO RAMOS ROHR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954904, correspondente ao período de 14/01/2019 a 02/02/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000924/2019 - FLAVIO LESSA BERALDO MAGALHÃES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19219210, correspondente ao período de 17/01/2019 a 31/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000721/2019 - NATÁLIA FÁRIA DE SOUZA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43592953, correspondente ao período de 22/01/2019 a 31/01/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001035/2019 - MARIANA LOJA TAPIAS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220260, correspondente ao período de 10/01/2019 a 30/01/2019 (21 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001067/2019 - MARIO AUGUSTO FIGUEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19226355, correspondente ao período de 02/01/2019 a 06/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001067/2019 - MARIO AUGUSTO FIGUEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19226355, correspondente ao período de 07/01/2019 a 11/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000952/2019 - ROBERTA MONNERAT ALVES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220863, correspondente ao período de 02/01/2019 a 06/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000952/2019 - ROBERTA MONNERAT ALVES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220863, correspondente ao período de 07/01/2019 a 11/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000971/2019 - GABRIEL PACHECO AVILA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666040, correspondente ao período de 10/01/2019 a 24/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000992/2019 - MARCIO BRUNO MILECH, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230567, correspondente ao período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001200/2019 - JULIA SILVA ARAUJO CARNEIRO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143808, correspondente ao período de 15/01/2019 a 29/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000717/2019 - FABIANA MORAIS BRAGA MACHADO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954998, correspondente ao período de 14/01/2019 a 24/01/2019 (11 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000981/2019 - VICTOR AGUIAR DE CARVALHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872298, correspondente ao período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000967/2019 - FLAVIO MULLER DOS REIS DE SALLES PUPPO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19227302, correspondente ao período de 02/01/2019 a 06/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000967/2019 - FLAVIO MULLER DOS REIS DE SALLES PUPPO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19227302, correspondente ao período de 07/01/2019 a 31/01/2019 (25 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001012/2019 - MARIA BEATRIZ FREITAS DE OLIVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 20117559, correspondente ao período de 14/01/2019 a 02/02/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000947/2019 - LEONOR NUNES DE PAIVA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19222955, correspondente ao período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001019/2019 - WALDIR ZAGAGLIA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 20120532, correspondente ao período de 21/01/2019 a 04/02/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001217/2019 - CARLOS DA COSTA E SILVA FILHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19221738, correspondente ao período de 14/01/2019 a 25/01/2019 (12 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000402/2019 - JOAO PAULO MELO DO NASCIMENTO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872840, correspondente ao período de 21/01/2019 a 30/01/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001060/2019 - BALTÁZAR JOSÉ VASCONCELOS RODRIGUES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871518, correspondente ao período de 02/01/2019 a 06/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001060/2019 - BALTÁZAR JOSÉ VASCONCELOS RODRIGUES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871518, correspondente ao período de 07/01/2019 a 31/01/2019 (25 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001032/2019 - LEONARDO BARIFOUSE DE SOUZA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347789, correspondente ao período de 07/01/2019 a 28/01/2019 (22 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000988/2019 - CRISTIANE LUCIDI MACHADO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19595735, correspondente ao período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000966/2019 - ANA ALICE DE OLIVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 32193262, correspondente ao período de 14/01/2019 a 02/02/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000974/2019 - MARINA CORREA DE MATTOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42830982, correspondente ao período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001081/2019 - JULIA VINHAES TORTIMA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230451, correspondente ao período de 15/01/2019 a 29/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001072/2019 - TANIA DE SOUSA ELIAS GARCIA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954840, correspondente ao período de 14/01/2019 a 02/02/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001061/2019 - BRUNO BINATTI COSTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42665531, correspondente ao período de 02/01/2019 a 06/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001061/2019 - BRUNO BINATTI COSTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42665531, correspondente ao período de 07/01/2019 a 31/01/2019 (25 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001149/2019 - MIGUEL COSTA VAN HOMBECK, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666139, correspondente ao período de 14/01/2019 a 28/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001148/2019 - MARCEL SILVA GLADULICH, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872409, correspondente ao período de 24/01/2019 a 31/01/2019 (08 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001150/2019 - JOÃO MORAES NETO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50320467, correspondente ao período de 07/01/2019 a 08/02/2019 (33 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000899/2019 - FLAVIO DE ARAUJO WILLEMANN, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19222548, correspondente ao período de 17/01/2019 a 29/01/2019 (13 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001064/2019 - DANIELA ALLAM GIACOMET, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19234570, correspondente ao período de 02/01/2019 a 31/01/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001128/2019 - DANIEL DO AMARAL NASCIMENTO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872212, correspondente ao período de 09/01/2019 a 23/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001182/2019 - ANTONIO DE FIGUEIREDO MURTA FILHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19223943, correspondente ao período de 18/01/2019 a 01/02/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001186/2019 - ANDRÉ LUIZ PETTEIRA DE OLIVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347827, correspondente ao período de 07/01/2019 a 20/01/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001219/2019 - ROBERTO HUGO DA COSTA LINS FILHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233582, correspondente ao período de 02/01/2019 a 06/01/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001219/2019 - ROBERTO HUGO DA COSTA LINS FILHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233582, correspondente ao período de 07/01/2019 a 31/01/2019 (25 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001170/2019 - MARCELO ZENNI TRAVASSOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42668023, correspondente ao período de 01/01/2019 a 06/01/2019 (06 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001170/2019 - MARCELO ZENNI TRAVASSOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42668023, correspondente ao período de 07/01/2019 a 03/02/2019 (28 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000121/2019 - LUIS FELIPE SAMPAIO DE ALMEIDA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872212, correspondente ao período de 07/01/2019 a 05/02/2019 (30 dias).

LOUVAO NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA CHEFIA IMEDIATA. AUTORIZO.

Id: 2162913

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 009/2019 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a KARLOS SERVIÇOS E LOGÍSTICA LTDA - ME.
OBJETO: "PRODUÇÃO COM ENTREGA DOMICILIAR DE RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DE ÁGUA CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 5.440/05".
PRAZO: 03 (três) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.620/2018 (Pregão Eletrônico nº 505/2018).

Id: 2162998

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 012/2019 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a KSB BRASIL LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE 02 (dois) CONJUNTOS MOTO-BOMBAS PARA A GERÊNCIA METROPOLITANA LESTE - GLE", item 01 do anexo I ao Edital.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 145.800,00 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos reais).
DATA DE ASSINATURA: 08/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.542/2017 (Pregão Eletrônico nº 383/2018).

Id: 2162999

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 010/2019 (DG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SUBSTRATO ENZIMÁTICO DEFINIDO ONPG - MUG 24 HORAS", item 01.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 453.335,40 (quatrocentos e cinquenta e três mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 08/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.799/2017 (Pregão Eletrônico nº 372/2018).

Id: 2162979

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 011/2019 (DG).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a QUIMAFLEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SUBSTRATO ENZIMÁTICO DEFINIDO ONPG - MUG 24 HORAS", item 02.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 73.024,90 (setenta e três mil vinte e quatro reais e noventa centavos).
DATA DE ASSINATURA: 06/02/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.799/2017 (Pregão Eletrônico nº 372/2018).

Id: 2162880

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 041/2015 (DT).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a GMF - GESTÃO DE MEDIÇÃO E FATURAMENTO LTDA.
OBJETO: Reajustamento de preços, referente à 3ª anualidade contratual.

PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 297.427,62 (duzentos e noventa e sete mil quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos).
DATA DE ASSINATURA: 06/02/2019.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-17/100.260/2013 (Concorrência Nacional nº 203/2014 - ASS-8-DP-1.1).

Id: 2162878

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 05 ao Contrato CEDAE nº 012/2016 (DT).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSORCIO COLLET - PB.

OBJETO: Reajustamento dos preços contratados pelo período correspondente à 4ª anualidade.
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 3.040.567,40 (três milhões, quarenta mil quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 08/02/2019.
FUNDAMENTO: Processo Nº E-17/100.371/2014 (Concorrência Nacional nº 012/2014 - ASS-8-DP-1.1).

Id: 2162877

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO AUDITORIA FISCAL REGIONAL DO INTERIOR BARRA MANSA - 04.01

EDITAL

O AUDITOR-FISCAL CHEFE REGIONAL DE BARRA MANSA - AFR 04.01, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar ao responsável pela firma, abaixo citada, no prazo de 05 (cinco dias), a contar de 15 dias após a publicação do presente edital (conforme inciso IV, art. 38, do Decreto nº 2.473/79), a transmissão dos arquivos de Escrituração Fiscal Digital (EFD), referentes ao período de abril/2014 a dezembro/2016, e o arquivo de Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios (DECLAN-IPM), referente ao ano de 2016, em atendimento à solicitação do Auditor Fiscal da Receita Estadual ROGÉRIO PAVIA CORRÊA. A Intimação encontra-se a disposição, na sede desta repartição fiscal, na Avenida Amador Barreto, nº 287 - Centro - Volta Redonda - CEP 27253-222.
Intimação: 514977-74/1
Empresa: BRAPET RIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA
Endereço: QUATIS FLORIANO 2001, ROD RJ 159, GALPAO 0 - Polo Industrial - Quatis - RJ
CEP: 27420-000
Inscrição Estadual: 86.670.941
CNPJ: 20.066.358/0001-24

Id: 2162860

Secretaria de Estado de Polícia Militar

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

INSTRUMENTO: Contrato nº 014/2018.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Segurança e a empresa MOURA E MOURA INFORMÁTICA E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA - ME inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.487.504/0001-27.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 370.167,00 (trezentos e setenta mil cento e sessenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 14/12/2018.
FISCAL DO CONTRATO: 2º SGT PM RG 68.581 Aderson da Cruz Feltosa e 3º SGT PM RG 82.419 Ronaldo Araújo Menezes Wilkbold.
GESTORES: Juliana da Rocha Pereira - Id. Func. 2450327-4, Cláudia Cristina Azevedo Ramos - Id. Func. 44202580, Débora Suzyze Pereira Id. Func. 2450014-3 e Juliana Neves dos Santos Freitas Id. Funcional nº 2450407-06.
FUNDAMENTO: Processo nº E-09/008/50/2018.
NOTAS DE EMPENHO: 2018NE00490 e 2018NE00540.

INSTRUMENTO: Contrato nº 015/2018.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Segurança e a empresa PARTS LUB DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS ELÉTRIC EPP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.116.488/0001-45.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS AUTOMOTIVOS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 49.657,10 (quarenta e nove mil seiscientos e sessenta e sete reais e dez centavos).
DATA DA ASSINATURA: 14/12/2018.
FISCAL DO CONTRATO: 2º SGT PM RG 68.581 Aderson da Cruz Feltosa e 3º SGT PM RG 82.419 Ronaldo Araújo Menezes Wilkbold.
GESTORES: Juliana da Rocha Pereira - Id. Func. 2450327-4, Cláudia Cristina Azevedo Ramos - Id. Func. 44202580, Débora Suzyze Pereira Id. Func. 2450014-3 e Juliana Neves dos Santos Freitas Id. Funcional nº 2450407-06.
FUNDAMENTO: Processo nº E-09/008/50/2018.
NOTAS DE EMPENHO: 2018NE00489 e 2018NE00539.

Id: 2162852

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2017.
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa EGS ELEVADORES EIRELI EPP. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 03 (três) elevadores Moria Carga e 01 (um) elevador Plataforma, para atender as necessidades do HCMF. PRAZO: 15/02/2019 a 14/02/2020. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$147.600,00 (cento e quarenta e sete mil e seiscientos reais).
DATA DA ASSINATURA: 11/02/2019. FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº E-09/106/40/2015.

INSTRUMENTO: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 024/2017.
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa TX COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, assessoria científica com o respectivo fornecimento de peças de reposição para uso nas máquinas processadoras de Raio X da marca MACROTEC. PRAZO: 15/02/2019 a 14/02/2020. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.760,00 (um mil e setecentos e sessenta reais).
DATA DA ASSINATURA: 11/02/2019. FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº E-09/108/206/2015.

Id: 2162888